

CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : GM

CLASS. : 32

DATA : 22 03 89

PG. : 24

Alerta para proteção da Amazônia

por Ângela Bittencourt de Amsterdã

Pela segunda vez em trinta anos de existência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um líder dos seringueiros da Amazônia comparece à reunião anual do organismo. O sucessor do ecologista Chico Mendes na presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, no Acre, Julio Barbosa, foi incisivo ao afirmar que "o Banco Interamericano de Desenvolvimento é um dos grandes responsáveis pela destruição da Amazônia e expulsão de milhares de seringueiros da região. Com seus projetos — sem consultar os povos locais —, o BID impediu que o governo brasileiro evitasse a exploração de grande número de desempregados no Brasil, especialmente no Acre".

Barbosa explicou que comparecia à reunião do BID para fazer esta denúncia e apresentar uma proposta para o financiamento de projeto para a montagem de reservas extrativistas. "Somente criando uma reserva de produção seria possível acabar com o clima de tensão e assassinatos na região".

Reconhecendo que o BID não financia projetos particulares mas apenas de governo, o líder sindical anunciou um grande encontro previsto para a próxima semana em Rio Branco (de 25 a 31 de março), onde estará ocorrendo o II Encontro Nacional dos Seringueiros; o I Encontro dos

Povos da Floresta e da União das Nações Indígenas (UNI). Comparecem como convidados representantes do governo federal e do BID.

"Neste encontro pretendemos fazer um levantamento da região e estimar o que deve ser feito para montar as reservas e, também, o valor do financiamento que deverá ser solicitado para este fim", explicou.

Atualmente, conta o sindicalista, existem apenas quatro reservas assentadas no Acre e nenhuma delas, afirma, foi construída por vontade do governo federal. "O assassinato de Chico Mendes aconteceu por causa destas reservas", denunciou Barbosa. "E não foi apenas ele que morreu. Mataram mais dois trabalhadores e mais dois ficaram feridos por fazendeiros da região."

Tão incisivo quanto Chico Mendes em 1987, quando — também na reunião do BID — acusou a instituição de não proteger a Amazônia ignorando "violações flagrantes nas condições de um empréstimo de US\$ 58,5 milhões destinado à pavimentação da BR 364, que liga Porto Velho a Rio Branco", Júlio Barbosa revelou que hoje no Acre existem dez proprietários com mais de 80% da região, sendo que apenas dois deles têm 20 milhões de hectares. "O conflito de terras nunca vai terminar enquanto existir latifúndio no País", insistiu. Barbosa reconhece que nem toda a Amazônia ser-



Julio Barbosa

ve para se fazer reserva extrativista, mas também lembrou que nem todo o território pode ser utilizado para a construção de estradas ou de fazendas ou implantação de projetos agropecuários.

"Defendemos as reservas nos locais onde existem seringueiras ou castanheiras e, também, um poder maior do produtor (trabalhador) sobre o produto. Nossa proposta é aumentar a produção da borracha, por exemplo, porque a produção mundial atualmente está dependendo mais da produção da Malásia que a da Amazônia. Defendemos também maior produção de castanha".

O sindicalista brasileiro lembrou que a castanha é um produto do próprio trabalhador e, portanto, ele deveria ser o maior beneficiário, vendendo por melhor preço. "Hoje nós temos no mínimo dez mil toneladas de castanha por

ano e castanha custa caro no exterior".

Julio Barbosa reforçou que o BID, que tantos projetos já financiou gerando desequilíbrio ecológico, precisa pressionar o governo brasileiro para propiciar desenvolvimento econômico dentro das reservas extrativistas.

Surpreendendo, o sindicalista recordou a uma pequena platéia de jornalistas internacionais que os seringueiros trabalham há duzentos anos na Amazônia e que há quinze anos começaram a lutar contra o desmatamento da região sem, em nenhum momento, falar a palavra meio ambiente ou ecologia.

Nesses quinze anos de luta pela preservação da Amazônia, diz Barbosa, a pior relação com governo é exatamente com o atual, o governo Sarney. "O governo federal não concorda com a criação das reservas".

Questionado sobre a expectativa de negociações melhores com um novo governo federal a partir das eleições de 15 de novembro, Julio Barbosa explicou que "pode ocorrer uma vitória da esquerda, mas isso não significa que a situação da Amazônia será resolvida. Acho que ela não será independente do governo. Poderá até piorar, se o presidente eleito for o Leonel Brizola. Nossa saída seria o Partido dos Trabalhadores (PT), com o Lula como candidato, mas não parece simples que o PT chegue à vitória".